

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018	9
DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	10

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	16
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	40
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	41
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	42

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	114.182
Preferenciais	0
Total	114.182
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	10/04/2018	Dividendo	31/12/2018	Ordinária		0,07500
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	10/04/2018	Juros sobre Capital Próprio	31/12/2018	Ordinária		0,11790
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	10/04/2018	Dividendo	31/12/2018	Ordinária		0,57869

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	370.181	424.625
1.01	Ativo Circulante	208.526	218.902
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	12.092	20.079
1.01.03	Contas a Receber	20.381	19.882
1.01.03.01	Clientes	20.381	19.882
1.01.07	Despesas Antecipadas	432	813
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	175.621	178.128
1.01.08.03	Outros	175.621	178.128
1.01.08.03.01	Impostos a Recuperar	3.018	2.502
1.01.08.03.02	Contas a Receber - partes relacionadas	162.475	172.707
1.01.08.03.04	Outros	10.128	2.919
1.02	Ativo Não Circulante	161.655	205.723
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	22.134	29.475
1.02.01.06	Tributos Diferidos	18.922	26.271
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	18.922	26.271
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	3.212	3.204
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	3.212	3.204
1.02.03	Imobilizado	720	1.031
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	720	1.031
1.02.04	Intangível	138.801	175.217
1.02.04.01	Intangíveis	138.801	175.217

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	370.181	424.625
2.01	Passivo Circulante	143.084	212.117
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.935	4.143
2.01.01.01	Obrigações Sociais	4.935	4.143
2.01.02	Fornecedores	13.904	6.037
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	13.904	6.037
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.750	5.674
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.879	3.912
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	684	1.476
2.01.03.01.02	Outras Origações Fiscais Federais	2.195	2.436
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.871	1.762
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	50.089	100.210
2.01.04.02	Debêntures	50.089	100.210
2.01.05	Outras Obrigações	35.456	40.661
2.01.05.02	Outros	35.456	40.661
2.01.05.02.04	Cauções Contratuais	7.568	8.475
2.01.05.02.05	Credores pela Concessão	4.310	6.521
2.01.05.02.06	Outras contas a pagar	493	0
2.01.05.02.07	Contas a pagar com Partes Relacionadas	3.079	1.450
2.01.05.02.08	Outros	0	4.209
2.01.05.02.09	Juros sobre Capital Próprio	11.443	11.443
2.01.05.02.10	Dividendos Propostos a pagar	8.563	8.563
2.01.06	Provisões	33.950	55.392
2.01.06.02	Outras Provisões	33.950	55.392
2.01.06.02.04	Provisões para Manutenção em Rodovias	30.257	51.725
2.01.06.02.05	Provisões para Investimento em Rodovias	3.693	3.667
2.02	Passivo Não Circulante	5.245	4.915
2.02.04	Provisões	5.245	4.915
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	5.245	4.915
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	2.553	2.123
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	2.016	2.116
2.02.04.01.05	Provisões Regulatórias	676	676
2.03	Patrimônio Líquido	221.852	207.593
2.03.01	Capital Social Realizado	117.655	117.655
2.03.02	Reservas de Capital	330	330
2.03.04	Reservas de Lucros	89.608	89.608
2.03.04.01	Reserva Legal	23.532	23.532
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	66.076	66.076
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	14.259	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	93.624	93.703
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-64.594	-58.735
3.03	Resultado Bruto	29.030	34.968
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-8.320	-5.803
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-8.485	-5.850
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-7.982	-5.265
3.04.02.02	Remuneração da Administração	-503	-580
3.04.02.03	Tributárias	0	-5
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	165	47
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	20.710	29.165
3.06	Resultado Financeiro	904	539
3.06.01	Receitas Financeiras	3.751	8.633
3.06.02	Despesas Financeiras	-2.847	-8.094
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	21.614	29.704
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-7.355	-8.558
3.08.01	Corrente	-6	-7.791
3.08.02	Diferido	-7.349	-767
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	14.259	21.146
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	14.259	21.146
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,11404	0,16910
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,11404	0,16910

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	14.259	21.146
4.03	Resultado Abrangente do Período	14.259	21.146

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	57.143	55.157
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	67.755	55.614
6.01.01.01	Lucro Líquido	14.259	21.146
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	45.207	21.841
6.01.01.03	Baixa do Ativo Permanente	0	4
6.01.01.04	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	7.349	767
6.01.01.05	Aumento (redução) das provisões para riscos civeis e trabalhistas	1.560	-422
6.01.01.07	Provisão para Manutenção em Rodovias	283	12.671
6.01.01.08	Resultado Financeiro com Ajuste a Valor Presente	607	1.904
6.01.01.09	Juros e variações monetárias de Debêntures	1.733	4.961
6.01.01.10	Juros e variações monetárias sobre Mútuo	-3.330	-5.822
6.01.01.11	Juros e variações monetárias de Empréstimos	0	4
6.01.01.12	Receita com aplicações financeiras vinculadas	0	-1.688
6.01.01.13	Variação monetária e juros sobre credores pela concessão	87	248
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-10.612	-457
6.01.02.01	Contas a Receber	-499	476
6.01.02.02	Outros Créditos	-7.209	855
6.01.02.04	Despesas Antecipadas	375	317
6.01.02.05	Impostos a Recuperar	-1	1.086
6.01.02.06	Depósitos judiciais	-8	-2.151
6.01.02.07	Fornecedores	1.654	2.402
6.01.02.08	Fornecedores-Sociedades Ligadas	1.525	-459
6.01.02.09	Obrigações Sociais	792	-88
6.01.02.10	Obrigações Fiscais	-1.631	4.478
6.01.02.11	Cauções Contratuais	-8	70
6.01.02.12	Credores pela Concessão	-1	-9
6.01.02.13	Outros	-3.620	-272
6.01.02.14	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-798	-7.081
6.01.02.15	Aumento (redução) das provisões para riscos civeis e trabalhistas	-1.230	-289
6.01.02.17	Contas a Receber Partes Relacionadas	47	208
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-23.883	41.026
6.02.01	Aquisições de Ativo Imobilizado	-3	-244
6.02.02	Adições ao Intangível	-23.880	-24.959
6.02.03	Aplicações Financeiras Vinculadas	0	-10.594
6.02.04	Resgate sobre as Aplicações Financeiras	0	76.823
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-41.247	-49.725
6.03.02	Pagamentos Principal (empréstimos, financiamentos e debêntures)	0	-107
6.03.03	Pagamentos Juros (empréstimos, financiamentos e debêntures)	0	-4
6.03.04	Pagamentos Principal - Debêntures	-50.000	-94.000
6.03.05	Pagamento Juros - Debêntures	-1.950	-35.446
6.03.06	Emissão de Debentures	0	100.000
6.03.09	Pagamento Credores pela Concessão	-2.297	-2.261

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
6.03.10	Pagamento de Juros sobre o Capital Próprio	0	-4.953
6.03.11	Pagamento de Dividendos	0	-55.123
6.03.13	Recebimento Mútuo - Principal	13.000	30.000
6.03.14	Recebimento Mútuo - Juros	0	12.169
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-7.987	46.458
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	20.079	24.219
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	12.092	70.677

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	117.655	330	89.608	0	0	207.593
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	117.655	330	89.608	0	0	207.593
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	14.259	0	14.259
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	14.259	0	14.259
5.07	Saldos Finais	117.655	330	89.608	14.259	0	221.852

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	117.655	330	78.655	0	0	196.640
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	117.655	330	78.655	0	0	196.640
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-55.123	-4.593	0	-59.716
5.04.06	Dividendos	0	0	-55.123	0	0	-55.123
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-4.593	0	-4.593
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	21.146	0	21.146
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	21.146	0	21.146
5.07	Saldos Finais	117.655	330	23.532	16.553	0	158.070

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
7.01	Receitas	101.888	101.335
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	92.604	86.285
7.01.02	Outras Receitas	807	1.217
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	8.477	13.833
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-20.608	-36.118
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-4.970	-17.404
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.958	-2.534
7.02.04	Outros	-12.680	-16.180
7.02.04.01	Custo da Concessão	-1.799	-1.741
7.02.04.02	Custo de Contrução	-8.477	-13.833
7.02.04.03	Outros	-2.404	-606
7.03	Valor Adicionado Bruto	81.280	65.217
7.04	Retenções	-45.207	-21.841
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-45.207	-21.841
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	36.073	43.376
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	3.751	8.633
7.06.02	Receitas Financeiras	3.751	8.633
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	39.824	52.009
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	39.824	52.009
7.08.01	Pessoal	6.329	5.681
7.08.01.01	Remuneração Direta	5.150	4.539
7.08.01.02	Benefícios	841	800
7.08.01.03	F.G.T.S.	338	342
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	15.721	16.846
7.08.02.01	Federais	11.012	12.431
7.08.02.02	Estaduais	4	1
7.08.02.03	Municipais	4.705	4.414
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	3.515	8.336
7.08.03.01	Juros	1.733	4.965
7.08.03.02	Aluguéis	864	882
7.08.03.03	Outras	918	2.489
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	14.259	21.146
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	4.593
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	14.259	16.553

Comentário **Autovias** desempenho



Ribeirão Preto, 10 de maio de 2018 - A Autovias S.A., empresa do Grupo Arteris S.A., comenta seu resultado relativo ao primeiro trimestre de 2018, período encerrado em 31 de março de 2018. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado em contrário, são apresentadas em Reais e estão de acordo com a Legislação Societária e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os valores e informações não constantes no balanço patrimonial, demonstrações do resultado e notas explicativas inseridas nas informações trimestrais não foram revisados pelos auditores independentes.

COMENTÁRIO DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

Tráfego Pedagiado:

- O volume do tráfego pedagiado no 1T18 foi de 11,1 milhões de veículos equivalentes, apresentando um aumento de 5,2% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Este crescimento é decorrente da retomada da economia;
- Quando comparada ao 4T17, a Companhia apresentou uma queda de 5,2%, reflexo da sazonalidade da safra de cana de açúcar, como também o número de feriados prolongados do e férias escolares do 4T17.

Receita Operacional Bruta:

- A Companhia obteve uma receita bruta total no 1T18 de R\$ 101,7 milhões, apresentando aumento de 0,4% quando comparado ao mesmo período do ano anterior, sendo os principais motivos: (i) redução em Receita de Construção, devido principalmente à finalização da obra de duplicação da SP-345; (ii) aumento na receita de pedágio reflexo do crescimento do tráfego pedagiado e do reajuste das tarifas de pedágio realizado em julho/17, em 1,57%.
- Quando comparada ao 4T18 houve uma queda de R\$ 6,2 milhões ou 5,7%, sendo os principais motivos: (i) queda em Receita de Construção, devido principalmente à finalização da obra de duplicação da SP-345; (ii) redução na receita de pedágio reflexo da queda do volume de tráfego pedagiado, conforme mencionado acima.

Custos e Despesas:

- Os custos e despesas totais no 1T18 (excluído depreciação e amortização) apresentaram uma redução em R\$14,9 milhões ou 35,1% em comparação ao mesmo período do ano anterior, impulsionados principalmente pela variação na provisão de manutenção devido à finalização da obra de 3ª intervenção de pavimento da SP 255.
- Em relação ao 4T17, houve um aumento de R\$2,7 milhões ou 10,7%, impulsionado principalmente pela variação na provisão de manutenção decorrente da finalização da obra de 3ª intervenção de pavimento da SP 255.

EBITDA e EBITDA Ajustado:

- O EBITDA cresceu 28,7%, em comparação ao mesmo período do ano anterior, principalmente em razão do aumento na rubrica provisão de manutenção justificado acima. O EBITDA ajustado aumentou 3,5% quando comparado ao mesmo período do ano anterior, justificados pelo aumento na receita de pedágio.
- O EBITDA e o EBITDA ajustado reduziram em relação ao 4T17, 11,8% e 5,5% respectivamente em relação ao 4T18. A variação do EBITDA justifica-se por valores realizados a maior em provisão de manutenção e queda na receita de pedágio. A queda do EBITDA ajustado justifica-se pela variação observada na receita de pedágio.

Resultado Financeiro:

- A Companhia obteve um resultado financeiro líquido de R\$ 0,9 milhão, representando um aumento de 243,7% em relação ao 4T17. Esse aumento está diretamente relacionado à redução das despesas financeira devido ao pagamento de contratos de debêntures (4ª Emissão);

Lucro Líquido:

- A Companhia obteve lucro de R\$14,3 milhões no 1T18, apresentando uma redução de 32,6% quando comparado ao mesmo período do ano anterior, com ênfase na variação da depreciação, devido às obras que entraram em operação ao longo de 2017 (duplicação da SP345 e SP318). Em relação ao 4T17 apresenta redução de 51,9%, em razão das variações previamente apresentadas.

Endividamento:

- A Autovias encerrou o 1T18 com um endividamento bruto de R\$50,1 milhões contra R\$100,2 milhões no trimestre anterior. A redução decorre da amortização do contrato de debêntures da 4ª Emissão.
- O endividamento líquido da Companhia passou de R\$80,1 milhões no 4T17 para R\$38,0 milhões no 1T18, apresentando redução decorrente do desembolso realizado no período para pagamento de debentures (amortização do contrato de debêntures da 4ª Emissão)

Investimentos:

- No 1T18 a Companhia investiu R\$6,2 milhões em ativos imobilizados e intangíveis em cumprimento ao cronograma de investimentos do contrato de concessão.
- Adicionalmente a Companhia teve um desembolso de R\$17,7 milhões com obras e serviços de manutenção e conservação da rodovia. Foram realizadas obras de recuperação de pavimento de

Comentário **Autovias** **Openho**
arteris

toda malha concessionada, revitalização da sinalização vertical (placas) e horizontal (pintura de solo), implantação e adequação de elementos de segurança e recuperação de obras de arte especiais (pontes, viadutos e passarelas), dentre outras.

ANEXO 1 – TABELA Demonstração dos Resultados:

	1T18	4T17	1T17	Var% 1T18/4T17	Var% 1T18/1T17
Autovias	11.113.930	11.720.832	10.563.611	-5,2%	5,2%
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS (em R\$ Mil)					
	1T18	4T17	1T17	Var% 1T18/4T17	Var% 1T18/1T17
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	101.723	107.927	101.285	-5,7%	0,4%
Receitas de pedágio	92.604	97.639	86.285	-5,2%	7,3%
Receitas de obras	8.477	9.638	13.833	-12,0%	-38,7%
Receitas acessórias	642	650	1.167	-1,2%	-45,0%
DEDUÇÕES DA RECEITA	(8.099)	(8.524)	(7.582)	-5,0%	6,8%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	93.624	99.403	93.703	-5,8%	-0,1%
CUSTOS E DESPESAS	(27.707)	(25.018)	(42.697)	10,7%	-35,1%
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(10.860)	(11.238)	(10.582)	-3,4%	2,6%
Custo dos serv. de construção	(8.477)	(9.638)	(13.833)	-12,0%	-38,7%
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(7.749)	(8.546)	(5.073)	-9,3%	52,7%
Remuneração da administração	(503)	(315)	(580)	59,7%	-13,3%
Despesas tributárias	-	(2)	(5)	-	-
Provisão para manutenção em rodovias	(283)	4.646	(12.671)	-106,1%	-97,8%
Outras receitas operacionais, líquidas	165	75	47	120,0%	251,1%
EBITDA	65.917	74.385	51.006	-11,4%	29,2%
Margem EBITDA	70,4%	74,8%	54,4%		
DEPRECIACIONES E AMORTIZACIONES	(45.207)	(31.564)	(21.841)	43,2%	107,0%
Depreciação de imobilizado	(233)	(251)	(192)	-7,2%	21,4%
Amortização do intangível	(44.974)	(31.313)	(21.649)	43,6%	107,7%
RESULTADO FINANCEIRO	904	263	539	243,7%	67,7%
Receitas financeiras	3.751	3.820	8.633	-1,8%	-56,6%
Despesas financeiras	(2.847)	(3.557)	(8.094)	-20,0%	-64,8%
LUCRO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	21.614	43.084	29.704	-49,8%	-27,2%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(7.355)	(13.431)	(8.558)	-45,2%	-14,1%
Corrente	(6)	(2.179)	(7.791)	-99,7%	-99,9%
Diferido	(7.349)	(11.252)	(767)	-34,7%	858,1%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	14.259	29.653	21.146	-51,9%	-32,6%
EBITDA AJUSTADO (em R\$ Mil)					
	1T18	4T17	1T17	Var% 1T18/4T17	Var% 1T18/1T17
EBITDA ¹	65.917	74.385	51.006	-11,4%	29,2%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	283	(4.646)	12.671	-106,1%	-97,8%
EBITDA Ajustado ²	66.200	69.739	63.677	-5,1%	4,0%

1) EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

2) Considera ajuste referente à provisão p/ manutenção de rodovias, de acordo com pronunciamento contábil ICPC 01

Notas Explicativas

Autovias S.A.

Informações Trimestrais para o Trimestre
Findo em 31 de Março de 2018

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores
Independentes

Notas Explicativas

Autovias S.A.

AUTOVIAS S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS REFERENTES AO TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2018****(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)****1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Autovias S.A. ("Sociedade") é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, Km 312,2. Constituída em 23 de julho de 1998, sua controladora e "holding" é a Arteris S.A.. A Sociedade iniciou suas operações em 1 de setembro de 1998, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas e Rodagem de São Paulo - DER/SP nº 18/CIC/97, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.646 de 18 de dezembro de 1997, e tem por objetivo exclusivo, realizar, sob o regime de concessão, pelo prazo de 20 anos, a exploração do sistema rodoviário, constituído pela Rodovia Antônio Machado Sant'anna SP-255 (Ribeirão Preto - entroncamento com a SP-328 - Anel Viário de Ribeirão Preto e Araraquara - entroncamento com a SP 310), SP-318 Rodovia Engenheiro Thales de Lorena Peixoto Júnior (acesso a São Carlos e Rincão - entroncamento com a SP-255), SP-345 Rodovia Engenheiro Ronan Rocha (Franca - entroncamento com a SP-334 e Itirapuã), SP-330 Rodovia Anhanguera (Santa Rita do Passa Quatro e Ribeirão Preto - entroncamento com a SP-334) e SP- 334 Rodovia Cândido Portinari (Ribeirão Preto - entroncamento com a Via Anhanguera e Franca), compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, ou seja, aqueles a serem prestados pela concessionária, compreendendo as funções operacionais, as funções de conservação e as funções de ampliação; apoio na execução dos serviços não delegados, ou seja, os serviços de competência exclusiva do poder público, não compreendidos no objeto da concessão, e a gestão e fiscalização dos serviços complementares, ou seja, os serviços considerados como convenientes, mas não essenciais, para manter o serviço adequado em todo sistema rodoviário, a serem prestados por terceiros que não a concessionária.

Por meio do Termo Aditivo e Modificativo nº 19/14 de 16 de janeiro de 2015, foi autorizado pela Agência reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP o reequilíbrio da equação econômico-financeira do contrato de concessão. Esse reequilíbrio foi concedido mediante a prorrogação do prazo de concessão em 3 meses e 19 dias, sem alteração do valor do ônus fixo. Dessa maneira, o período de exploração da concessão passou a ser até 18 de dezembro de 2018. Este prazo poderá ser prorrogado ou reduzido por intermédio de processo administrativo próprio, em caso de nova hipótese de desequilíbrio contratual.

A Autovias foi autorizada em 12 de setembro de 2014 pela ARTESP, por meio do ofício 0074/14, a executar uma nova obra de 14 quilômetros de duplicação da SP 318, entre os km 253 e 249, em duas etapas, pelo valor estimado de R\$91.000. A conclusão da primeira etapa da obra foi entregue em janeiro de 2017 e a segunda etapa da obra não será mais executada pela Sociedade. O reequilíbrio do montante previsto em R\$23.000, referente à primeira etapa da obra será realizado por meio da metodologia de fluxo de caixa marginal, estabelecida na Resolução ARTESP 01/2013, estimando-se a prorrogação do prazo de concessão do contrato em 2 meses, levando o término da concessão para fevereiro de 2019. Este reequilíbrio está em discussão com o poder concedente, e isto pode alterar a data do encerramento de suas atividades.

A Autovias ainda possui pleitos em discussão com o poder concedente que podem alterar a data do encerramento de suas atividades.

Notas Explicativas

No período findo em 31 de março de 2018 não ocorreram mudanças no contexto operacional em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

A emissão das informações financeiras trimestrais da Sociedade foi aprovada pela Diretoria em 10 de maio de 2018.

2. CONCESSÕES

No trimestre findo em 31 de março de 2018 não ocorreram mudanças no contrato de concessão em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, exceto pelo mencionado abaixo:

A Sociedade estima em 31 de março de 2018, o montante de R\$70.324 (R\$140.391 em 31 de dezembro de 2017) referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$91.563 (R\$43.727 em 31 de dezembro de 2017) referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão.

Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente revisados.

3. BASE DE PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade

As informações financeiras trimestrais foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, e também de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras trimestrais, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demais informações relativas à: base de mensuração; moeda funcional e moeda de apresentação; uso de estimativa e julgamento, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, aprovadas em 20 de fevereiro de 2018 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas na elaboração das informações financeiras trimestrais estão consistentes com aquelas divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, e, portanto, devem ser lidas em conjunto com estas informações financeiras trimestrais, exceto pelo mencionado abaixo:

Ativos e passivos financeiros

Classificação dos ativos e passivos financeiros na adoção inicial do CPC 48 – Instrumentos financeiros

O quadro abaixo apresenta os ativos financeiros classificados de acordo com o CPC 40 e as novas categorias de mensuração de acordo o CPC 48:

Notas Explicativas

Autovias S.A.

Ativo ou passivo financeiro	Classificação inicial pelo CPC 40	Saldo em 31.12.2017	Nova classificação de acordo com o CPC 48
Equivalentes de caixa	Ativo financeiro mantido até o vencimento	20.079	Mensurados a valor justo por meio de resultado
Contas a receber clientes	Empréstimos recebíveis	19.882	Custo amortizado
Partes relacionadas	Empréstimos recebíveis	172.707	Custo amortizado
Outras contas a receber	Empréstimos recebíveis	2.919	Custo amortizado
Debêntures	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	100.210	Custo amortizado
Fornecedores e cauções contratuais	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	14.512	Custo amortizado
Partes relacionadas	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	12.893	Custo amortizado
Dividendos propostos	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	8.563	Custo amortizado
Credores pela concessão	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	6.521	Custo amortizado
Outras contas a pagar	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	4.209	Custo amortizado

CPC 47 - Receitas de contratos com clientes

CPC 47 - Receitas de contratos com clientes: A partir de 1º de janeiro de 2018 entrou em vigor a norma CPC 47 que substituiu todos os requisitos de reconhecimento de receita de acordo com as normas CPC's. Essa nova norma estabeleceu um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com o CPC 47 a receita deve ser reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma Sociedade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. Uma entidade reconhece receitas de acordo com esse princípio básico por meio da cumulativa observância aos seguintes passos:

Passo 1: Identificar o(s) contrato(s) com um cliente – um contrato é um acordo entre duas ou mais partes que cria direitos e obrigações exequíveis. Os requisitos do CPC 47 se aplicam a todo contrato que tenha sido celebrado com um cliente e que atenda critérios específicos.

Passo 2: Identificar as obrigações de desempenho no contrato – um contrato inclui promessas de transferência de produtos ou serviços a um cliente. Se esses produtos ou serviços forem distintos, as promessas constituem obrigações de desempenho e são contabilizadas separadamente.

Passo 3: Determinar o preço da transação – o preço da transação é o valor da contraprestação em um contrato ao qual uma entidade espera ter direito em troca de transferir produtos ou serviços prometidos a um cliente.

Passo 4: Alocar o preço de transação às obrigações de desempenho no contrato – uma entidade normalmente aloca o preço da transação a cada obrigação de desempenho com

Notas Explicativas

base nos preços de venda individuais relativos de cada bem ou serviço distinto prometido no contrato.

Passo 5: Reconhecer a receita quando (ou à medida que) a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho – uma entidade reconhece receitas quando (ou à medida que) satisfaz uma obrigação de desempenho ao transferir um bem ou serviço prometido a um cliente (o que ocorre quando o cliente obtém o controle desse bem ou serviço). O valor da receita reconhecida é o valor alocado à obrigação de desempenho satisfeita.

A Sociedade tem como principais receitas a receita de pedágio e a receita de construção. A Sociedade realizou uma avaliação nas cinco etapas do novo modelo de reconhecimento da receita, e não identificou alterações ou impactos significativos no reconhecimento atual dessas receitas, dado que são reconhecidas mediante a prestação do serviço ao usuário, no caso da receita de pedágio, e conforme incorridas na construção dos ativos intangíveis como cumprimento do contrato de concessão, no caso das receitas de construção. As demais receitas foram compreendidas nesta análise e estão substancialmente de acordo com a norma CPC 47.

Metodologia de estimativa de *impairment*

O CPC 47 introduziu o conceito de Perdas de Crédito Esperadas em oposição às perdas de créditos incorridas na norma atual. Os ativos financeiros sujeitos aos requisitos de redução ao valor recuperável (*impairment*) são aqueles mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. O objetivo dos requisitos de *impairment* é reconhecer as perdas de créditos esperadas ao longo da vida para todos os instrumentos financeiros para os quais houve aumento significativo de risco de crédito desde o reconhecimento inicial – seja avaliado individualmente ou coletivamente – considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

A Sociedade possui concentração em sua carteira de clientes e não possui histórico de perdas em seus instrumentos financeiros. A Administração efetuou uma análise do risco de crédito da carteira e concluiu que não existem perdas a serem reconhecidas em seus recebíveis.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

	<u>31.03.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Caixa e contas bancárias	1.947	2.305
Aplicações financeiras (*)	<u>10.145</u>	<u>17.774</u>
Total	<u><u>12.092</u></u>	<u><u>20.079</u></u>

(*) As aplicações financeiras representam valores aplicados em fundos de investimento, destinados a receber aplicações de investidores restritos, com liquidez diária, estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e remuneração equivalente, na média, a 98,43% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, tendo como características aplicações pós-fixada em títulos públicos federais, Certificado de depósito Bancário - CDB, letras financeiras e operações compromissadas lastreadas em debêntures de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito. Todos os ativos que compõe os fundos de investimento, inclusive as LFT's, são mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo da Sociedade.

Notas Explicativas

Autovias S.A.

6. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	<u>31.03.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Pedágio eletrônico a receber (*)	19.415	19.091
Cupons de pedágio a receber	271	266
Cartões de pedágio a receber	278	162
Receitas acessórias a receber	416	362
Outras receitas a receber	<u>1</u>	<u>1</u>
Total	<u>20.381</u>	<u>19.882</u>

(*) Conforme nota explicativa nº 23.c.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Conciliação entre o imposto de renda e a contribuição social efetiva e nominal

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa real do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos períodos findos em 31 de março de 2018 e de 2017 é como segue:

	<u>31.03.2018</u>	<u>31.03.2017</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	21.614	29.704
Alíquota vigente	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	(7.349)	(10.099)
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Juros sobre o capital próprio	-	1.561
Outras diferenças permanentes	(6)	(20)
Total	<u>(7.355)</u>	<u>(8.558)</u>
 Despesa contabilizada	 (7.355)	 (8.558)
 Despesas de imposto de renda e contribuição social:		
Correntes	(6)	(7.791)
Diferido	<u>(7.349)</u>	<u>(767)</u>
	<u>(7.355)</u>	<u>(8.558)</u>

b) Imposto de renda e a contribuição social diferidos

Estão representados por:

Notas Explicativas

<u>Não circulante</u>	Imposto de renda e contribuição social diferido ativo	
	<u>31.03.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
<u>Diferenças temporárias ativas:</u>		
Prejuízo fiscal	4.547	-
Provisão de participação nos lucros	1.917	1.519
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios (a)	5.245	4.915
Outras provisões	814	4.311
Provisão para manutenção de rodovias	30.257	51.725
Amortização acumulada de obras futuras	987	940
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	3.717	3.667
Ajuste dos encargos financeiros (credores pela concessão)	2.477	2.602
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14 (b)		
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas	37.943	37.943
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	(32.252)	(30.355)
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	<u>55.652</u>	<u>77.267</u>
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total do imposto de renda e contribuição social	<u>18.922</u>	<u>26.271</u>

- (a) Refere-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais de reclamações pendentes de resoluções.
- (b) A partir de 1º de janeiro de 2014 a Sociedade congelou os saldos referente às mudanças de práticas contábeis, adotando antecipadamente a Lei nº 12.973/14. Desta forma, passou a amortizar linearmente o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se em previsões de sua Administração, portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa é de que a totalidade dos créditos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, ocorrerá em 2018.

Notas Explicativas

Autovias S.A.

8. IMOBILIZADO

A movimentação é como segue:

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Máquinas e equipamentos	Total
<u>Custo do imobilizado</u>					
Saldo em 31.12.2017	1.175	2.526	384	501	4.586
Adições	-	3	-	-	3
Transferências/reclassificações	-	-	(80)	-	(80)
Saldo em 31.03.2018	1.175	2.529	304	501	4.509
<u>Depreciação acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2017	(1.108)	(1.815)	(165)	(467)	(3.555)
Depreciações	(18)	(172)	(35)	(9)	(234)
Saldo em 31.03.2018	(1.126)	(1.987)	(200)	(476)	(3.789)
<u>Imobilizado líquido</u>					
Saldo em 31.12.2017	67	711	219	34	1.031
Saldo em 31.03.2018	49	542	104	25	720
Taxas de depreciação - a.a.	6%	29%	46%	7%	

Notas Explicativas

Autovias S.A.

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Máquinas e equipamentos	Total
<u>Custo do imobilizado</u>					
Saldo em 31.12.2016	1.176	2.214	64	485	3.939
Adições	-	6	238	-	244
Alienações/baixas	-	(1)	-	-	(1)
Saldo em 31.03.2017	1.176	2.219	302	485	4.182
<u>Depreciação acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2016	(983)	(1.233)	(42)	(419)	(2.677)
Depreciações	(32)	(122)	(27)	(12)	(193)
Transferências/reclassificações	-	1	-	-	1
Saldo em 31.03.2017	(1.015)	(1.354)	(69)	(431)	(2.869)
<u>Imobilizado líquido</u>					
Saldo em 31.12.2016	193	981	22	66	1.262
Saldo em 31.03.2017	161	865	233	54	1.313
Taxas de depreciação - a.a.	15%	27%	22%	16%	

Notas Explicativas

Autovias S.A.

9. INTANGÍVEL

A movimentação é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Direito de outorga da incorporação (c)	Software	Intangível em andamento	Adiantamento fornecedores	Total
<u>Custo do intangível</u>							
Saldo em 31.12.2017	866.880	28.254	192	4.210	-	-	899.536
Adições	8.477	-	-	-	-	-	8.477
Transferências/reclassificações	80	-	-	-	-	-	80
Saldo em 31.03.2018	<u>875.437</u>	<u>28.254</u>	<u>192</u>	<u>4.210</u>	-	-	<u>908.093</u>
<u>Amortização acumulada</u>							
Saldo em 31.12.2017	(693.522)	(26.896)	(181)	(3.720)	-	-	(724.319)
Amortizações	(44.570)	(277)	(3)	(123)	-	-	(44.973)
Saldo em 31.03.2018	<u>(738.092)</u>	<u>(27.173)</u>	<u>(184)</u>	<u>(3.843)</u>	-	-	<u>(769.292)</u>
<u>Intangível líquido</u>							
Saldo em 31.12.2017	173.358	1.358	11	490	-	-	175.217
Saldo em 31.03.2018	137.345	1.081	8	367	-	-	138.801
Taxas de amortização - a.a.	21%	5%	6%	12%			
<u>Custo do intangível</u>							
Saldo em 31.12.2016	743.971	28.254	192	4.210	50.919	-	827.546
Adições	4.407	-	-	-	9.426	-	13.833
Transferências/reclassificações	18.526	-	-	-	(18.526)	-	-
Alienações/baixas	(24)	-	-	-	-	-	(24)
Saldo em 31.03.2017	<u>766.880</u>	<u>28.254</u>	<u>192</u>	<u>4.210</u>	<u>41.819</u>	-	<u>841.355</u>
<u>Amortização acumulada</u>							
Saldo em 31.12.2016	(596.389)	(25.790)	(171)	(3.209)	-	-	(625.559)
Amortizações	(21.241)	(276)	(3)	(128)	-	-	(21.648)
Alienações/baixas	20	-	-	-	-	-	20
Saldo em 31.03.2017	<u>(617.610)</u>	<u>(26.066)</u>	<u>(174)</u>	<u>(3.337)</u>	-	-	<u>(647.187)</u>
<u>Intangível líquido</u>							
Saldo em 31.12.2016	147.582	2.464	21	1.001	50.919	-	201.987
Saldo em 31.03.2017	149.270	2.188	18	873	41.819	-	194.168
Taxas de amortização - a.a.	11%	5%	8%	12%			

Notas Explicativas

Autovias S.A.

- (a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final do período da concessão.
- (b) Refere-se ao valor assumido para exploração do sistema rodoviário ajustado a valor presente. Vide nota explicativa nº 14.
- (c) Refere-se ao direito de outorga proveniente da incorporação da parcela cindida, em junho de 2006, da OHL Participações, antiga controladora da Sociedade. Esse valor está sendo amortizado linearmente até o final do período da concessão.

A Administração preparou a projeção de fluxo de caixa descontado da Sociedade e concluiu que não há necessidade de provisão para *impairment* dos ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2017. A Administração vem acompanhando essa projeção com o realizado de 2018 e concluiu que não possui nenhum indicativo que pudesse requerer uma nova avaliação nesse trimestre.

Notas Explicativas

10. DEBÊNTURES

Os saldos estão representados por:

	<u>31.03.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Debêntures	50.200	100.416
Costo de transação	<u>(111)</u>	<u>(206)</u>
Total	<u><u>50.089</u></u>	<u><u>100.210</u></u>

A composição das debêntures é como segue:

<u>Série</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Taxas contratuais</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31.03.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
4ª emissão - Série única	10.000	CDI+1,40%a.a.	set/18	50.200	100.416
				<u>50.200</u>	<u>100.416</u>

As debêntures foram subscritas pelo seu valor nominal unitário acrescido, da remuneração incidente entre as datas de emissão e da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

	<u>Data emissão</u>	<u>Valor nominal</u>	<u>Valor nominal unitário</u>	<u>Data integralização</u>	<u>Valor subscrito</u>
4ª emissão - Série única	10.03.2017	100.000	10.000	17.03.2017	100.000
		<u>100.000</u>			<u>100.000</u>

O valor justo das debêntures registradas no passivo circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

As debêntures da 4ª emissão da Sociedade são garantidas por:

a) Fiança corporativa da Arteris S.A.

A Sociedade classificou os juros pagos sobre debêntures como fluxos de caixa de financiamento, pois essas debêntures foram captadas e repassadas para a controladora, por meio de contratos de mútuo, para suprir a necessidade de capital de giro do Grupo Arteris.

As debêntures contêm cláusulas restritivas que implicam vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros. Em 31 de março de 2018, a Sociedade não apresenta desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

11. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas e mútuos para capital de giro.

Os saldos em 31 de março de 2018 e de 31 de dezembro de 2017 e as transações realizadas em 31 de março de 2018 e de 2017, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

Autovias S.A.

<u>Ativo circulante</u>	<u>31.03.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
<u>Controladora</u>		
Empréstimo:		
Mútuos - Arteris S.A. (c)	162.322	172.507
<u>Controladora</u>		
Contas a receber:		
Arteris S.A (b)	-	47
<u>Outras partes relacionadas</u>		
Contas a receber:		
Centrovias S.A. (b)	93	114
Intervias S.A. (b)	-	2
Vianorte S.A. (b)	31	31
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (b)	-	6
ViaPaulistaS.A. (b)	29	-
Total	<u>162.475</u>	<u>172.707</u>
<u>Passivo circulante</u>		
<u>Controladora</u>		
Contas a pagar:		
Arteris S.A (b)	1.272	1.450
<u>Outras partes relacionadas</u>		
Contas a pagar:		
Intervias S.A. (b)	58	-
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (a)	1.749	-
	<u>3.079</u>	<u>1.450</u>
<u>Controladora</u>		
Dividendos propostos:		
Arteris S.A.	8.563	8.563
Juros sobre capital próprio a pagar:		
Arteris S.A.	11.443	11.443
	<u>20.006</u>	<u>20.006</u>
Total	<u>23.085</u>	<u>21.456</u>

<u>Contas de Resultado:</u>	31.03.2018			31.03.2017		
	Conservação da rodovia (a)	Receitas financeiras (c)	Despesas gerais (b)	Conservação da rodovia (a)	Receitas financeiras (c)	Despesas gerais (b)
<u>Controladora</u>						
Arteris S.A.	-	3.330	(3.560)	-	5.822	(3.430)
<u>Outras partes relacionadas</u>						
Latina Manutenção de Rodovias Ltda.	(5.309)	-	-	(5.300)	-	-
Total	<u>(5.309)</u>	<u>3.330</u>	<u>(3.560)</u>	<u>(5.300)</u>	<u>5.822</u>	<u>(3.430)</u>

- (a) Refere-se à prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação da malha rodoviária concedida para a Sociedade, definidos em condições específicas entre as partes e com vencimento médio de 30 dias.
- (b) Referem-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo Arteris. A Arteris, controladora da Sociedade, adota um critério de rateio de custos da "Holding", com base na receita das empresas do Grupo Arteris, afim de garantir que

Notas Explicativas

todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte do Grupo Arteris, que serão reembolsados com vencimento médio de 45 dias.

- (c) Contratos de mútuo ativo com finalidade de suprir a necessidade de capital de giro da controladora Arteris S.A., com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais encargos que variam de 1,40% a 1,80% ao ano com vencimentos de juros e principal em novembro de 2018, conforme demonstrados a seguir:

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	31.03.2018		31.12.2017	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
07.02.2013	01.11.2018	CDI + 1,60% a.a.	40.000	1.373	53.000	517
01.04.2014	01.11.2018	CDI + 1,40% a.a.	30.000	15.930	30.000	15.185
25.06.2014	01.11.2018	CDI + 1,40% a.a.	40.000	19.876	40.000	18.905
03.04.2017	01.11.2018	CDI + 1,80% a.a.	14.000	1.143	14.000	900
			<u>124.000</u>	<u>38.322</u>	<u>137.000</u>	<u>35.507</u>

Além das operações anteriormente mencionadas a Latina Manutenção de Rodovias realizou obras nas rodovias, registradas no intangível da Sociedade no valor de R\$334 (R\$888 em 31 de março de 2017), em condições específicas entre as partes e com vencimento médio de 30 dias.

No decorrer do período findo de 31 de março de 2018, a Sociedade reconheceu o montante de R\$319 a título de remuneração de seus administradores incluídos os encargos, adicionado de R\$184 relativo ao rateio da Holding, que totaliza R\$503 (R\$580 em 31 de março de 2017), conforme proposta da Administração aprovada em ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, sendo a remuneração global anual sem encargos de até R\$1.700. Os administradores, não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, tampouco possuem benefícios indiretos.

As transações com partes relacionadas são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

12. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Sociedade concede a seus empregados Programa de Participação nos Resultados - PPR anual. O cálculo dessa participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento é efetuado no exercício seguinte conforme a mensuração do atingimento das metas e dos objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o PPR registrados na rubrica "Obrigações sociais" em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, são de R\$1.917 e R\$1.519, respectivamente.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, os objetivos e os pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA

Notas Explicativas

Autovias S.A.

consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

13. OBRIGAÇÕES FISCAIS

Estão representadas por:

	<u>31.03.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Imposto de renda	503	714
Contribuição social	181	762
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	25	510
Programa de integração social - PIS	324	292
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	1.623	1.437
Tributos federais retidos	223	197
Impostos sobre serviços - ISS	<u>1.871</u>	<u>1.762</u>
Total	<u>4.750</u>	<u>5.674</u>

14. CREDORES PELA CONCESSÃO

Refere-se ao valor do ônus da concessão, devidos ao Departamento de Estradas e Rodagem - DER/SP pela outorga da concessão, ajustado a valor presente.

O valor do ônus da concessão será liquidado em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em setembro de 1998. O montante é reajustado pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado às tarifas de pedágio, com vencimento no último dia útil de cada mês.

Dessa maneira, o montante da obrigação foi determinado conforme segue:

	<u>Valor presente</u>		<u>Valor real em (*)</u>	
	<u>31.03.2018</u>	<u>31.12.2017</u>	<u>31.03.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Circulante				
Direito de outorga	3.816	6.025	3.862	6.136
Parcela variável (a)	<u>494</u>	<u>496</u>	<u>494</u>	<u>496</u>
Total	<u>4.310</u>	<u>6.521</u>	<u>4.356</u>	<u>6.632</u>

(*) Valores reais atualizados até a data de encerramento do período, inseridos somente como informação adicional.

(a) Valor variável correspondente a 1,5% da receita bruta de pedágio mensal. Em 14 de dezembro de 2013, o Conselho Diretor da Artesp prorrogou por prazo indeterminado a autorização concedida para retenção e desconto de 50% do valor devido a título de outorga variável (o que corresponde ao pagamento de 1,5% sobre as receitas da Sociedade).

Restam 5 parcelas em 31 de março de 2018, que serão quitadas até agosto de 2018.

O valor pago pela Sociedade no decorrer do períodos findo em 31 de março de 2018 e 31 de março de 2017 ao Poder Concedente foram respectivamente de R\$3.698 (R\$2.297 de parcela fixa e R\$1.401 de parcela variável) e de R\$3.168 (R\$2.261 de parcela fixa e R\$907 de parcela variável).

Notas Explicativas

15. PROVISÕES

Riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios

A Sociedade tem reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários das rodovias, bem como a processos trabalhistas e regulatórios.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados internos e externos, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente os fluxos de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios durante os períodos findos em 31 de março de 2018 e de 2017 é conforme segue:

	<u>31.12.2017</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Encargos</u>	<u>31.03.2018</u>
Cíveis	2.116	1.678	(706)	(1.070)	-	2.016
Trabalhistas	2.123	588	-	(160)	-	2.553
Regulatório	676	-	-	-	-	676
Total	<u>4.915</u>	<u>2.266</u>	<u>(706)</u>	<u>(1.230)</u>	<u>-</u>	<u>5.245</u>

	<u>31.12.2016</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Encargos</u>	<u>31.03.2017</u>
Cíveis	2.768	296	(757)	(199)	-	2.108
Trabalhistas	250	90	(51)	(90)	-	199
Regulatório	45	-	-	-	-	45
Total	<u>3.063</u>	<u>386</u>	<u>(808)</u>	<u>(289)</u>	<u>-</u>	<u>2.352</u>

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis, trabalhistas e regulatórios, ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos representam o montante de R\$3.612 em 31 de março de 2018 (R\$2.319 em 31 de dezembro de 2017).

Os depósitos judiciais no montante de R\$3.212 (R\$3.204 em 31 de dezembro de 2017), classificado no ativo não circulante, referem-se a discussões judiciais para as quais R\$2.102 (R\$2.016 em 31 de dezembro de 2017) há provisão registrada, por se tratar de prognóstico provável, os demais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto.

Provisão para manutenção e investimentos

A provisão para manutenção é calculada com base na melhor estimativa considerando os valores da próxima intervenção. A provisão para investimentos é calculada considerando os valores até o final da concessão com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos na construção e melhoria de rodovias.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante os períodos findos em 31 de março de 2018 e de 2017 é conforme segue:

Notas Explicativas

Autovias S.A.

	Circulante		Não circulante	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2017	3.667	51.725	-	-
Adições/Reversões	-	283	-	-
Utilizações	-	(22.332)	-	-
Ajuste a valor presente	26	581	-	-
Transferências	-	-	-	-
Saldo em 31.03.2018	<u>3.693</u>	<u>30.257</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

	Circulante		Não circulante	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldos em 31.12.2016	1.729	77.963	1.757	44.933
Adições/Reversões	-	-	-	12.671
Utilizações	-	(14.627)	-	-
Ajuste a valor presente	27	-	28	1.849
Transferências	-	21.797	-	(21.797)
Saldo em 31.03.2017	<u>1.756</u>	<u>85.133</u>	<u>1.785</u>	<u>37.656</u>

Os pagamentos efetuados no período findo em 31 de março de 2018, referente às manutenções realizadas, foram de R\$17.711 (R\$14.755 em 31 março de 2017).

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social**

O capital social subscrito em 31 de março de 2018 e de 2017 é de R\$128.514, composto por 125.040.451 ações ordinárias e sem valor nominal, integralizadas pelo valor de R\$117.656 que representa 114.181.880 ações.

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos**Reserva legal e retenção de lucros**

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, reserva de lucros a realizar ou distribuição de dividendos adicionais observado, o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Notas Explicativas

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Juros sobre capital próprio

O limite máximo para determinação dos juros sobre o capital próprio é definido com base no patrimônio líquido da Sociedade, usando a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro e, conforme exigência legal, limitado a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo de lucros acumulados antes de incluir o lucro líquido do próprio exercício, o que for maior. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, esse montante, que está abaixo do valor apurado com base nos parâmetros definidos por lei, foi considerado dedutível para fins de Imposto de Renda.

17. RECEITAS

Estão representadas por:

	<u>31.03.2018</u>	<u>31.03.2017</u>
Receita de serviços prestados	92.604	86.285
Receita de serviços de construção	8.477	13.833
Outras receitas	<u>642</u>	<u>1.167</u>
	<u>101.723</u>	<u>101.285</u>

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do período é como segue:

	<u>31.03.2018</u>	<u>31.03.2017</u>
Receita bruta	101.723	101.285
ISSQN	(4.643)	(4.353)
PIS	(615)	(575)
COFINS	(2.839)	(2.654)
Outras deduções	<u>(2)</u>	<u>-</u>
Receita líquida	<u>93.624</u>	<u>93.703</u>

Notas Explicativas

Autovias S.A.

18. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

	<u>31.03.2018</u>	<u>31.03.2017</u>
Despesas:		
Com pessoal	(2.813)	(2.300)
Serviços de terceiros	(832)	(677)
Manutenção de bens e conservação	(397)	(332)
Consumo	(1.046)	(950)
Transportes	(503)	(118)
Seguros/Garantias	(2)	3
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	(1.560)	422
Comunicação e marketing	(243)	(174)
Indenizações à terceiros	240	(249)
Publicações legais	(175)	(177)
Depreciação / Amortização	(233)	(192)
Outros	(418)	(521)
Total	<u>(7.982)</u>	<u>(5.265)</u>
	<u>31.03.2018</u>	<u>31.03.2017</u>
Custos:		
Com pessoal	(3.016)	(2.801)
Serviços de terceiros	(2.665)	(2.544)
Conservação	(2.031)	(2.189)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(154)	(179)
Consumo	(405)	(365)
Transportes	(762)	(711)
Seguros / Garantias	(398)	(428)
Ônus variável	(1.400)	(1.313)
Provisão de manutenção em rodovias	(283)	(12.671)
Custos de serviços da construção	(8.477)	(13.833)
Depreciação / Amortização	(44.697)	(21.372)
Amortização da outorga	(277)	(277)
Outros	(29)	(52)
Total	<u>(64.594)</u>	<u>(58.735)</u>

Notas Explicativas

19. RESULTADO FINANCEIRO

Está representado por:

	<u>31.03.2018</u>	<u>31.03.2017</u>
Receitas financeiras:		
Juros ativos	3.330	5.822
Aplicações financeiras	420	2.811
Outras receitas	1	-
Total	<u>3.751</u>	<u>8.633</u>

	<u>31.03.2018</u>	<u>31.03.2017</u>
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros	(1.733)	(4.965)
Atualização montária do ônus da concessão	(87)	(248)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(607)	(1.904)
Outras despesas	(420)	(977)
Total	<u>(2.847)</u>	<u>(8.094)</u>

20. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	<u>31.03.2018</u>	<u>31.03.2017</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	11.487	8.237
Juros sobre capital próprio propostos e não pagos		3.904
	<u>31.03.2018</u>	<u>31.03.2017</u>
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de investimentos, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível do período	(26.890)	(19.363)

21. LUCRO POR AÇÃO

O cálculo básico do lucro por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do lucro básico e diluído por ação.

Notas Explicativas

Autovias S.A.

	<u>31.03.2018</u>	<u>31.03.2017</u>
<u>Básico/Diluído</u>		
Lucro líquido do período	14.259	21.146
Número de ações durante período	<u>125.040</u>	<u>125.040</u>
Lucro por ação	<u><u>0,1140</u></u>	<u><u>0,1691</u></u>

Não há diferença entre o lucro básico e lucro diluído por ação por não ter havido durante os períodos findos em 31 de março de 2018 e de 2017, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro por ação diluído concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas informações financeiras trimestrais, conforme quadro a seguir:

	Nível	31.03.2018		31.12.2017	
		Ativo financeiro mantido até o vencimento	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	Ativo financeiro mantido até o vencimento	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado
Equivalentes de caixa	Nível 2	12.092	-	20.079	-
Contas a receber clientes	Nível 2	-	20.381	-	19.882
Partes relacionadas	Nível 2	-	162.475	-	172.707
Outras contas a receber	Nível 2	-	10.128	-	2.919
Debêntures	Nível 2	-	50.089	-	100.210
Fornecedores e cauções contratuais	Nível 2	-	21.472	-	14.512
Partes relacionadas	Nível 2	-	3.079	-	12.893
Dividendos propostos	Nível 2	-	8.563	-	8.563
Credores pela concessão	Nível 2	-	4.310	-	6.521
Outras contas a pagar	Nível 2	-	493	-	4.209
		<u>12.092</u>	<u>280.990</u>	<u>20.079</u>	<u>342.416</u>

O pronunciamento técnico CPC 48 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O pronunciamento técnico CPC 48 também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado

Os seguintes métodos e premissas foram adotados:

Empréstimos e recebíveis

Notas Explicativas

Estima-se que os valores contábeis das contas a receber de clientes e contas a receber de partes relacionadas estejam próximos de seus valores justos, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

Ativo financeiro mantido até o vencimento

O valor contábil aproxima-se do seu valor justo em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixado e apresentarem possibilidade de resgate imediato.

Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado

Os valores registrados contabilmente aproximam-se razoavelmente do valor justo pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI. Os valores contábeis dos financiamentos atrelados à TJLP aproximam-se dos seus valores justos em razão da TJLP ser uma taxa que, apesar de pré-fixada, não sofre variações, uma vez que é predeterminada para todos os trimestres pelo Conselho Monetário Nacional - CMN.

23. GESTÃO DE RISCO

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Riscos de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

Em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em atendimento a Instrução CVM nº475, em 31 de março de 2018, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures, líquidos das aplicações financeiras e dos mútuos com partes relacionadas.

Indicadores	Efeito no lucro antes da tributação - Aumento/Redução em pontos bases		
	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)
CDI	6,34%	7,93%	9,51%
Juros a incorrer - Empréstimos e Debêntures (*)	(1.906)	(2.284)	(2.659)
Receita de aplicações financeiras	633	792	950
Receita financeira de mútuo (*)	11.694	14.047	16.392
Juros a incorrer líquido	<u>10.421</u>	<u>12.555</u>	<u>14.683</u>

Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN.

(*) Referem-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Notas Explicativas

Autovias S.A.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo CPC, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela CVM.

c) Risco de crédito

Em 31 de março de 2018 a Sociedade apresenta valores a receber no valor de R\$19.415 (R\$19.091 em 31 de dezembro de 2017) das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Conectcar, Movemais e Autoexpresso, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registradas na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui cartas de fiança firmadas por instituições financeiras para garantir a arrecadação das contas a receber com as empresas administradoras do sistema eletrônico de pagamento de pedágio.

d) Risco de liquidez e gestão de capital

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de debêntures.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	2018	Total
Debêntures - CDI - 4ª emissão	7,90%	52.106	52.106
Credores pela concessão	4,50%	3.882	3.882
Fornecedores partes relacionadas	-	3.079	3.079
Fornecedores e cauções contratuais	-	21.472	21.472
Outras contas a pagar	-	493	493
		<u>81.032</u>	<u>81.032</u>

Notas Explicativas

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	01/04 a 30/06/2018	01/07 a 30/09/2018	01/10 a 31/12/2018	Total
Debêntures - CDI - 4ª emissão	7,90%	1.155	50.951	-	52.106
Credores pela concessão	4,50%	2.297	1.585	-	3.882
Fornecedores partes relacionadas	-	3.079	-	-	3.079
Fornecedores e cauções contratuais	-	13.904	-	7.568	21.472
Outras contas a pagar	-	493	-	-	493
		<u>20.928</u>	<u>52.536</u>	<u>7.568</u>	<u>81.032</u>

24. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias; portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

25. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, riscos de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários, todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 31 de março de 2018, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita(*) Responsabilidade civil	180.000 20.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	108.673

(*) Por sinistro.

26. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 10 de abril de 2018, foi realizada uma AGO/E, autorizando a destinação dos dividendos do total da reserva de lucros no montante de R\$74.639, como dividendos adicionais propostos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Adicionalmente foi distribuído o montante de R\$11.443 sob a forma de juros sobre capital próprio referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Esses pagamentos foram realizados em 23 de Abril de 2018.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da Autovias S.A.

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Autovias S.A. ("Sociedade"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações financeiras trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Ênfase

Continuidade das operações da Sociedade

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às informações financeiras intermediárias, que indica que a Sociedade detém a concessão para exploração de suas atividades por 20 anos, cujas operações terão continuidade até 18 de dezembro de 2018. Esta situação indica que a Sociedade entrará em um processo de dormência em função do referido assunto. A Sociedade possui pleitos em discussão com o Poder Concedente que podem alterar a data do encerramento de suas atividades. Nossa conclusão não está modificada em virtude deste assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado ("DVA"), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, foram submetidas a procedimentos de revisão em conjunto com a revisão das informações financeiras trimestrais da Sociedade. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais informações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado acima referidas não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Campinas, 10 de maio de 2018

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Paulo de Tarso Pereira Jr.

Auditores Independentes

Contador

CRC nº 2 SP 011609/O-8

CRC nº 1 SP 253932/O-4

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Autovias S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de março de 2018

Marcelo de Afonseca e Silva

Diretor Presidente

Olga Maria Ulian Cotrim

Diretora Superintendente

Juan Gabriel Lopez Moreno

Diretor Econômico Financeiro

Diretor de Relações com Investidores

Flávia Lúcia Mattioli Tâmega

Diretora Jurídica

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Autovias S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Marcelo de Afonseca e Silva

Diretor Presidente

Olga Maria Ulian Cotrim

Diretora Superintendente

Juan Gabriel Lopez Moreno

Diretor Econômico Financeiro

Diretor de Relações com Investidores

Flávia Lúcia Mattioli Tâmega

Diretora Jurídica